



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL

PARTE A

LICITAÇÃO Nº 005/CPL/SMS/2022
PROCESSO N.º 5913/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA (COM DBI): R\$ 573.004,27 (Quinhentos e setenta e três mil, quatro reais e vinte e sete centavos).

ORIGEM DOS RECURSOS: 0266, 0136, 0084
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 06 DE ABRIL DE 2022 ÀS 10 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 06 DE ABRIL DE 2022 ÀS 10 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EMPREITADA PARA A INFRAESTRUTURA PARA AR CONDICIONADO HOSPITALAR. "INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 13:30 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado.

O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico, **Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9100 ou e-mail: cplfmsparacambi@gmail.com**

PRAZO PARA EXECUÇÃO: _____.

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo 1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo 2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo 3 Modelo de Declaração

Anexo 4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo 5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo 6 Projeto Básico

Anexo 7 Minuta do Contrato

Gilcea Bitencourt Rodrigues
Agente responsável pela elaboração do edital



PARTE B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante a Pregoeira **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio **GILCEA BITENCOURT RODRIGUES, CHARLES DE DEUS SILVA E LEONARDO DE MORAES VIANNA TÁVORA NOVAIS**, designados pela Portaria nº 199 de 06 de maio de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **005** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 Centro – Paracambi-RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o dia 06 de abril de 2022 às 10 horas. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 – Centro – Paracambi-RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o dia 06 de abril de 2022 às 10 horas, horário de Brasília - DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EMPREITADA PARA A INFRAESTRUTURA PARA AR CONDICIONADO HOSPITALAR. “INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS.**

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em R\$ **573.004,27 (Quinhentos e setenta e três mil, quatro reais e vinte e sete centavos)**, conforme Anexo I deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Juiz Emilio Carmo nº 050 Centro – Paracambi-RJ, no horário de 9:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A



licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente pregão presencial, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.2 - A pessoa jurídica participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

5.7 - Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:



a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (ANEXO 5), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.

6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Juiz Emilio Carmo nº 050 Centro – Paracambi-RJ, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.



7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço por item e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4- A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (Anexo 1).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital (**Projeto Básico**) serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;



b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

d) prazo máximo para início da prestação dos serviços, a contar da ordem de início exarada pela Administração.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

c) onde houver discrepância entre preço unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

a) não estejam devidamente assinadas;

b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

d) apresente preço manifestamente inexequível;

e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;



g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexequível, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos serviços que pretende prestar são coerentes com os de mercado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.4 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.5 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.6 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.7 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.8 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.9 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.10 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.10.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

9.10.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.



9.12 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.17 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha a ser desclassificada.

10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.



10.15 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.16 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor global da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do prego e será convocada para subscrever o contrato.

10.19 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil



(RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

11.2.2.1 - Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)



ILG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea "b" acima.

11.2.4 – Da Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado.

11.2.4.1. – Declaração complementar, conforme Anexo 2, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;



- b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;
- g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- i) Prova de registro no CREA da empresa e do responsável técnico dos serviços. Tal como, a comprovação do vínculo entre o responsável técnico e a licitante deverá ser efetuada mediante apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, da Certidão de Registro do CREA, carteira de trabalho profissional ou ficha de registro ou livro de empregados, contrato particular de prestação de serviços com firma reconhecida.

11.2.6 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.3 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, e microempreendedor individual que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 09:00h às 17:00h na sala da CPL, situada na Rua Emilio Juiz Carmo nº 050 Centro – Paracambi-RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.



12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 09:00h às 17:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - Assinado o termo contratual, o prazo máximo para a execução do serviço será de 10 (dez) dias, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos dos artigos 57 e 65 da Lei 8.666/93.

16 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 – Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, assinar o contrato.

16.2 - O não comparecimento no prazo no item anterior acarretará a perda da expectativa do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.3 - Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 16.1, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até que haja a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4 - Nas situações previstas no subitem anterior, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16.5 - Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

17 - DA FISCALIZAÇÃO



17.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

17.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea "f" do caput deste item.

18.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e" e "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c" e "d".

18.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.



18.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

20.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no **Projeto Básico**.

20.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

20.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

20.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

20.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

20.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

20.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

21 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

21.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$73.004,27 (Quinhentos e setenta e três mil, quatro reais e vinte e sete centavos)**, conforme especificações do Termo de **Projeto Básico** Anexo 6.

21.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA.

22 - DA GARANTIA

22.1 - Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, da ordem de 02 % (dois por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.



22.1.1 - A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

22.2 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

22.3 - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 02% (dois por cento) do valor do Contrato

22.4 - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

22.5 - O levantamento da garantia contratual por parte do contratado somente se dará após o recebimento definitivo do objeto.

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

23.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 Centro Paracambi-RJ, tel.: (21) 26839100, no horário de 09:00 às 17:00 horas

23.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

23.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

23.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

23.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.



23.10 - As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2021, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0266, 0136, 0084
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

23.10.1 - As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

23.11 - Integram este Edital os seguintes Documentos: *(listar anexos ao edital)*

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo 1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo 2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo 3 Modelo de Declaração

Anexo 4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo 5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo 6 Projeto Básico

Anexo 7 Minuta do Contrato

Paracambi, 06 de abril de 2022.

Gilcea Bitencourt Rodrigues
Agente responsável pela elaboração do edital



ANEXO 1

FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 5913/2019

Licitação n.º 005 /CPL/SMS/2022

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EMPREITADA PARA A INFRAESTRUTURA PARA AR CONDICIONADO HOSPITALAR. "INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS, conforme especificações contidas no Projeto Básico – Anexo 6, parte integrante deste Edital.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRI M	QUAN T/ MES	VALOR UNIT/ MES	VALOR TOTAL MENSAL

OBS: A EMPRESA DEVE APRESENTAR PLANILHA DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS PROVENIENTES DOS MATERIAIS CONTRATADOS NO OBJETO (item 1), JUNTAMENTE COM ESTA PLANILHA DE PREÇOS.

PRAZO DE INICIO: APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identifica



FORMULÁRIO ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	EMOP	MENOR PREÇO
1	mao-de-obra de arquiteto ou engenheiro junior, para servicos de consultoria de engenharia e arquitetura, inclusive encargos sociais.	H	300	R\$ 29.907,00	R\$ 29.907,00
2	mao-de-obra de estagiario, inclusive encargos sociais	H	1.056,00	R\$ 11.668,80	R\$ 7.920,00
3	mao-de-obra de auxiliar de escritorio, inclusive encargos sociais	H	1.056,00	R\$ 20.961,60	R\$ 20.961,60
4	projeto executivo de sistema de ar-condicionado, inclusive projeto basico, apresentado em autocad nos padroes da contratante, em predios com area de 501 até 3000m2	M2	938,6	R\$ 8.653,89	R\$ 7.760,00
5	filtros inerciais 40x50cm de aco inox 304(coifa de coccao). fornecimento e colocacao	UN	30	R\$ 11.779,50	R\$ 11.779,50
6	filtro de carvao ativado, para sistema de exaustao, nas dimensoes 60x60cm, até 2000m3/h.fornecimento	UN	20	R\$ 16.336,40	R\$ 14.900,00
7	exaustores centrifugos, tipo limit load, simples aspiracao e acionamento indireto, fabricado em chapa de aco carbono,5cv/22 0v. fornecimento e colocacao	UN	4	R\$ 22.202,36	R\$ 22.202,36
8	camara frigorifica para cadaveres, com 2 lugares, temperatura de projeto de 0 a 3°C, unidade condensadora 1 hp-220v, evapora cao tipo ar forçado, isolamento em poliuretano expandido, construcao interna e externa em aco inoxidavel aisi304 liga 18,8, trilho	UN	1	R\$ 93.500,00	R\$ 81.320,00
9	instalacao e assentamento de ar-condicionado tipo split de 9 000 btu's, com 1 condensador e 1 evaporador, (vide fornecimento do aparelho na familia 18.030) inclusive acessorios de fixacao, exclusive alimentacao eletrica e interligacao ao condensador/e	UN	12	R\$ 5.261,40	R\$ 5.261,40
10	instalacao e assentamento de ar-condicionado tipo split de 1 2000 btu's, com 1 condensador e 1 evaporador, (vide fornecimen to do aparelho na familia 18.030) inclusive acessorios de fix acao, exclusive alimentacao eletrica e interligacao ao condensador/	UN	14	R\$ 6.737,22	R\$ 6.737,22
11	instalacao e assentamento de ar-condicionado tipo split de 1 8000 btu's, com 1 condensador e 1 evaporador, (vide fornecimen to do aparelho na familia 18.030) inclusive acessorios de fix acao, exclusive alimentacao eletrica e interligacao ao condensaor/e	UN	12	R\$ 10.978,68	R\$ 10.978,68



12	instalação e assentamento de ar-condicionado tipo split de 2 4000 btu's, com 1 condensador e 1 evaporador, (vide fornecimento do aparelho na família 18.030) inclusive acessórios de fixação, exclusive alimentação elétrica e interligação ao condensador/	UN	3	R\$ 2.954,22	R\$ 2.954,22
13	instalação e assentamento de ar-condicionado tipo split de 3 6000 btu's, com 1 condensador e 1 evaporador, (vide fornecimento do aparelho na família 18.030) inclusive acessórios de fixação, exclusive alimentação elétrica e interligação ao condensador/	UN	3	R\$ 6.221,73	R\$ 6.221,73
14	instalação e assentamento de ar-condicionado tipo split de 4 8000 btu's, com 1 condensador e 1 evaporador, (vide fornecimento do aparelho na família 18.030) inclusive acessórios de fixação, exclusive alimentação elétrica e interligação ao condensador/	UN	2	R\$ 5.486,96	R\$ 5.486,96
15	instalação e assentamento de ar-condicionado tipo split de 6 0000 btu's, com 1 condensador e 1 evaporador, (vide fornecimento do aparelho na família 18.030) inclusive acessórios de fixação, exclusive alimentação elétrica e interligação ao condensador/	UN	6	R\$ 17.008,80	R\$ 17.008,80
16	condicionador de ar tipo split 9000 btu's compreendendo 1 condensador e 1 evaporador (vide instalação, assentamento e interligações família 15.005). fornecimento	UN	12	R\$ 14.969,40	R\$ 14.969,40
17	condicionador de ar tipo split 12000 btu's compreendendo 1 condensador e 1 evaporador (vide instalação, assentamento e interligações família 15.005). fornecimento	UN	14	R\$ 20.173,58	R\$ 20.173,58
18	condicionador de ar tipo split 18000 btu's compreendendo 1 condensador e 1 evaporador (vide instalação, assentamento e interligações família 15.005). fornecimento	UN	12	R\$ 22.048,80	R\$ 22.048,80
19	condicionador de ar tipo split 24000 btu's compreendendo 1 condensador e 1 evaporador (vide instalação, assentamento e interligações família 15.005). fornecimento	UN	3	R\$ 7.876,50	R\$ 7.876,50
20	condicionador de ar tipo split 36000 btu's compreendendo 1 condensador e 1 evaporador (vide instalação, assentamento e interligações família 15.005). fornecimento	UN	3	R\$ 16.058,73	R\$ 16.058,73
21	condicionador de ar tipo split 48000 btu's compreendendo 1 condensador e 1 evaporador (vide instalação, assentamento e interligações família 15.005). fornecimento	UN	2	R\$ 12.567,90	R\$ 12.567,90



22	condicionador de ar tipo split 60000 btu's compreendendo 1 condensador e 1 evaporador (vide instalacao, assentamento e interligacoes familia 15.005). fornecimento	UN	6	R\$ 41.400,00	R\$ 41.400,00
23	sistema de ar-condicionado central, tipo split "built in", com rede de dutos de insuflamento e de ar exterior para renovacao, para areas de conforto termico, nos termos da nbr 16401, at e 10tr, inclusive projeto	TR	10	R\$ 61.393,50	R\$ 61.393,50
24	transporte horizontal de material de 1ª categoria ou entulho, em carrinhos, a 30,00m de distância, inclusive carga a pa	M3	45	R\$ 1.199,70	R\$ 1.199,70
25	transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhao como do servente ou equipamento auxiliar, a velocidade media de 50km/h, em caminhao de carroceria fixa a oleo diesel, com capacidade util d	T X KM	810	R\$ 526,50	R\$ 526,50
26	BDI (COMPOSIÇÃO EM ANEXO) 22,47%	%	1	R\$ 105.131,10	R\$ 101.028,28
TOTAL C/BDI				R\$ 573.004,27	R\$ 550.642,36

VALOR TOTAL (COM DBI): R\$ 573.004,27 (Quinhentos e setenta e três mil, quatro reais e vinte e sete centavos).

PRAZO DE INICIO: APÓS ASSINATURA DO CONTRATO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ
Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado.

ANEXO 1.2

CRONOGRAMA

OBRA:	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA
LOCAL:	AVENIDA JONAS LEAL Nº 17 - LAGES - PARACAMBI - RJ
PRAZO:	6 MESES

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

BASE EMOP-RJ			Peso %	PARCELA 1		PARCELA 2		PARCELA 3		PARCELA 4		PARCELA 5		PARCELA 6	
		TOTAL		SIMPLES	ACUM	SIMPLES	ACUM	SIMPLES	ACUM	SIMPLES	ACUM	SIMPLES	ACUM	SIMPLES	ACUM
01	ADMINISTRAÇÃO	62.537,40	13,37%	10.422,90	10.422,90	10.422,90	20.845,80	10.422,90	31.268,70	10.422,90	41.691,60	10.422,90	52.114,50	10.422,90	62.537,40
02	PROJETO	8.653,89	1,85%	8.653,89	8.653,89										8.653,89
03	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO E DUTOS E SALA DO MORGUE	143.818,26	30,74%	23.969,71	23.969,71	23.969,71	47.939,42	23.969,71	71.909,13	23.969,71	95.878,84	23.969,71	119.848,55	23.969,71	143.818,26
04	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONANDO SPLIT DUTADO	251.137,42	53,68%	41.856,24	41.856,24	41.856,24	83.712,48	41.856,24	125.568,72	41.856,24	167.424,96	41.856,24	209.281,20	41.856,24	251.137,42
05	TRANSPORTE	1.726,20	0,37%											1.726,20	1.726,20
Total (%):			100,00%												
TOTAL				84.902,74	84.902,74	76.248,85	152.497,70	76.248,85	228.746,55	76.248,85	304.995,40	76.248,85	381.244,25	77.975,05	467.873,19
BDI 22,47% = 0,2247				17.521,85	17.521,85	17.521,85	35.043,70	17.521,85	52.565,55	17.521,85	70.087,40	17.521,85	87.609,25	17.521,85	105.131,10
TOTAL COM O BDI				102.424,59	102.424,59	93.770,70	187.541,40	93.770,70	281.312,10	93.770,70	375.082,80	93.770,70	468.853,50	95.496,90	573.004,27



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____,
DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade
Pregão Presencial nº 005 /CPL/SMS/2022.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO 3

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº **005/CPL/SMS/2022** nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- Declara por derradeiro total responsabilidade, estando ciente de que a **falsidade** de qualquer das **informações** ora prestadas acarretará a aplicação das **sanções legais** cabíveis, de natureza civil e penal.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa



ANEXO 4

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/CPL/SMS/2022

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/CPL/SMS/2022

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____(MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

PROJETO BÁSICO Nº 001/2021/SEMUS

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

1.1. O PRESENTE PROJETO BÁSICO, TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EMPREITADA PARA A INFRAESTRUTURA DE AR-CONDICIONADO HOSPITALAR. DESCREVE-SE AS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO E OS MATERIAIS A SEREM EMPREGADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE "INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, compreendendo fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços, equipamentos, mão-de-obra especializada e supervisão técnica".

1.2. Os materiais de que são construídos os edifícios têm uma determinada durabilidade, isto é, têm um período de vida útil, ao longo da qual vão se deteriorando (perdendo suas propriedades originais), até um momento em que não atendem mais as suas funções e precisam ser repostos, por isso se faz necessário o que chamamos de "Serviço de Instalação ". Em atendimento ao artigo 6º inciso IX, combinado com art. 7º § 2º inciso I da Lei nº 8.666/93, conforme especificações técnicas descritas a seguir:

1.2.1. Estas especificações têm por objetivo estabelecer as condições para a perfeita execução da obra de "Serviço de Instalação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado e exaustores no Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços, equipamentos, mão-de-obra especializada e supervisão técnica".

1.2.2. As presentes Especificações destinam-se a produzir uma obra totalmente acabada e pronta para o funcionamento da edificação.

1.3. As LICITANTES deverão fazer um reconhecimento no LOCAL antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da obra, bem como se cientificarem de todos os detalhes construtivos necessários à sua perfeita execução. Os aspectos que as LICITANTES julgarem duvidosos, dando margem a dupla interpretação, ou omissos nestas Especificações, deverão ser apresentados à FISCALIZAÇÃO através de fax/e-mail e elucidados antes da Licitação da obra. Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela FISCALIZAÇÃO, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos nos orçamentos apresentados por ocasião da Licitação.

1.4. Serão de responsabilidade das LICITANTES o levantamento e a apuração de todos os quantitativos de suas planilhas de custos e serviços, conforme descritos nestas Especificações. Se dimensionados abaixo dos valores necessários, tais quantitativos não serão considerados como justificativa para a não-execução dos serviços previstos em sua totalidade.

1.5. Após a contratação, deverá a CONTRATADA analisar todos os serviços juntamente com a FISCALIZAÇÃO, adequando-os a possíveis necessidades de alterações decorrentes de projetos específicos a seu cargo.

1.6. Todos os materiais a empregar na obra serão novos, de qualidade comprovada, e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas nestas Especificações.

1.7. Serão utilizadas as seguintes Normas e Especificações Técnicas:



- a) Normas da ABNT; Normas e recomendações dos fabricantes de seus respectivos produtos;
- a) Regulamentos das Concessionárias;
- b) Legislação Edilícia Municipal;
- c) Código de Segurança contra Incêndio e Pânico;
- d) Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho;
- e) Cadernos Técnicos da Saúde, Recomendações técnicas da Saúde;
- f) Estas Especificações Técnicas;

1.8. A administração da obra será feita por um Responsável Técnico da empresa, devidamente cadastrado no CREA, que conduzirá diretamente a execução dos serviços, assessorada por um encarregado geral e por outros elementos que se fizerem necessários. A CONTRATADA deverá providenciar a A.R.T. da obra e dos projetos junto ao CREA-RJ, para salvaguardar os interesses quanto à finalidade dos serviços.

1.9. Verificada qualquer discrepância nos projetos, bem como quanto as Leis, Portarias, Normas ou Regulamentos supervenientes, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à Fiscalização, que diligenciará a adequação à Legislação pertinente e autorizará a execução do serviço.

1.10. As especificações e os desenhos, constantes do projeto, deverão ser examinados com o máximo de cuidado pela CONTRATADA. Em todos os casos omissos ou suscetíveis de dúvida, deverá a CONTRATADA recorrer a FISCALIZAÇÃO para melhores esclarecimentos ou orientação, sendo as decisões finais sempre comunicadas no "Diário de Obras".

1.11. Os serviços executados pela CONTRATADA deverão apresentar sempre bom acabamento, perfeitos funcionamento e segurança. Caso esses princípios não sejam observados, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir que os mesmos sejam totalmente refeitos, correndo o ônus por conta da CONTRATADA.

1.12. A CONTRATADA deverá retirar do local da obra todo material rejeitado pela FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Caso contrário, a FISCALIZAÇÃO dará o destino que melhor lhe convier.

1.13. A CONTRATADA é obrigada a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da notificação escrita correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado da CONTRATADA que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a mostrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

1.14. As especificações, planilhas e desenhos são documentos que se complementam. Qualquer item referido em um dos documentos, mesmo que não explicitados nos demais, faz parte dos serviços a serem executados na obra.

1. JUSTIFICATIVA

2.1. Viabilizar a atenção no Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça, com qualidade e com vistas à integração de seu fluxo de referência e contrarreferência com a atenção básica, estabelecendo uma linha de cuidado integral a esse grupo populacional, fazendo-se necessário a instalação dos aparelhos e exaustores para atender o prédio do Hospital Municipal. De acordo com a vistoria efetuada pela SEMUS e FISCALIZAÇÃO, informamos a seguir todos os serviços que deverão ser executados de forma geral.

- a) Instalação de exaustores;
- a) Instalações de dutos;

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. Escopo resumido dos serviços:

I. Disposições Gerais;



- I. Justificativas;
- II. Diretrizes Básicas para a Execução do Serviço;
- III. Memorial Descritivo e Métodos Construtivos; - **ANEXO I**
- IV. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico/Financeiro; **ANEXO II**
- V. Relatório Fotográfico.

3.2. Descrição do Projeto:

- I. Instalação de ar-condicionado;
- I. Instalação de exaustores;
- II. Instalação de dutos;
- III. Instalações elétricas;
- IV. Limpeza em geral.

3.3. Canteiro de obras e instalações provisórias:

3.3.1. A CONTRATADA deverá manter na obra: Diário de Obra e ART do responsável da obra;

3.3.2. Competirá a CONTRATADA executar todas as instalações provisórias para a execução dos trabalhos.

3.4. Dos serviços preliminares:

3.4.1. Locação da Obra - Será feita de acordo com a planta de situação, aferindo as dimensões dos alinhamentos dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes dos projetos às reais condições encontradas no local. Após a demarcação dos alinhamentos e ponto de nível. A CONTRATADA fará comunicação à FISCALIZAÇÃO, a qual procederá às verificações e aferições que julgar oportuna.

3.4.2. Transportes - Ficam a cargo da CONTRATADA as despesas com os transportes decorrentes do envio de máquinas e equipamentos que serão utilizados para as instalações. O transporte de entulhos ou materiais escavados de má qualidade deverá ser feito diretamente para o vazadouro, sendo vedada a execução de descarga em logradouro público ou área devoluta, bem como a adoção de empolamentos; Transporte Horizontal na Obra - Será procedida periodicamente remoção e todo o entulho e detritos, assim como os materiais, que venha, a se acumular no canteiro de obra. Obra deverá ser mantida limpa permanentemente, proporcionando bom aspecto e facilitando a visitação.

3.4.3. Instalações - Os aparelhos elétricos, equipamentos afins e respectivos pertences e peças complementares serão fornecidos e instalados de acordo com as indicações do projeto, sendo a CONTRATADA responsável pelo perfeito estado dos materiais empregados antes e após o seu assentamento, até a entrega da obra. Deverão ser obedecidas as indicações da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE sobre as instalações hidro sanitárias, e elétricas.

3.4.4. Limpeza e Serviços finais - O canteiro de obra deverá ser limpo e ordenado, sendo removidos diariamente os entulhos provenientes da execução dos serviços. A obra será entregue completamente limpa, removido o entulho e sobras de materiais de construção. Serão executados os reparos e arremates necessários para que a obra seja entregue em perfeitas condições de funcionamento, estando às instalações devidamente testadas.

3.5. Itens de maior relevância:

- a) Instalações de ar-condicionado central;
- a) Instalações de sistema de exaustão;
- b) Quantificação de igual ou superior a 300,00 ton. de refrigeração;



3.6. Segurança do Trabalho - A CONTRATADA deverá observar as diretrizes previstas na Norma de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho (SSST/MTB), na sua versão mais atualizada, e as recomendações da Fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho que ocorra com seus funcionários. A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos de proteção individual para seus funcionários adequados para cada tipo de serviço.

3.7. Garantias - Para obras e equipamentos instalados ou fornecidos, a CONTRATADA dará as garantias exigidas pela legislação que rege o assunto (Código de Defesa do Consumidor). Caso sejam aplicados equipamentos e/ou materiais adquiridos sob garantia, a CONTRATADA deverá fornecer uma cópia da nota fiscal e o certificado de garantia destes equipamentos e/ou materiais.

3.8. A Fiscalização e Setorização dos Serviços:

3.8.1. A Secretaria Municipal de Saúde, será a responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, emitindo a ordem de serviço, supervisionando, acompanhando ou alterando, segundo as necessidades específicas.

3.8.2. A medição será apresentada mensalmente de acordo com os serviços executados solicitados pela Secretaria Municipal de saúde. Será emitido o faturamento, devendo ser apresentadas memórias de cálculo com apropriações diárias em planilha própria.

3.8.3. O pagamento será realizado nos termos do Art. 40, inciso XIV, alínea "A" da Lei 8.666/93, e a partir da apresentação da fatura no Protocolo interno da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

3.9. Diretrizes Básicas para a Execução da obra:

3.9.1. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamento e serviços especificados, estendidas também a atividades complementares à execução da obra, não indicados neste Projeto Básico e que poderão ser autorizados pela FISCALIZAÇÃO.

3.9.2. Toda a documentação relativa a memórias de cálculo, orçamentos EMOP e plantas do anteprojeto com detalhes, complementem as informações contidas neste documento.

3. PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES.

4.1. O prazo para o início da prestação de serviços são de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de emissão da nota de empenho.

4.2. O serviço deverá ser prestado no Hospital Municipal de Paracambi, localizado na Avenida Jonas leal, nº 17 – Lages – Paracambi, de segunda a sexta, horário 8:00h as 17:00h. Cabe ressaltar que os equipamento e materiais de instalação deverão ser entregues no endereço supracitado.

4.3. A inobservância dos prazos de entrega sujeitará a CONTRATADA às sanções legais cabíveis;

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá à CONTRATADA:



5.1.1. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Projeto Básico;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

5.1.3. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o material/serviço no qual forem constatadas falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, em até 5 (cinco) dias;

5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;

5.1.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.1.6. Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

5.1.7. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste objeto;

5.1.8. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Projeto Básico.

5.1.9. Fornecer juntamente com a entrega dos materiais toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo termo de garantia;

5.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

5.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

5.2.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato;

5.2.3. É de responsabilidade da CONTRATADA, disponibilizar transporte, alimentação e equipamento de proteção individual para a mão de obra a ser utilizada durante vigência do contrato;

5.2.4. Executar os serviços rigorosamente de acordo com o disposto neste instrumento, bem como na proposta de preços da CONTRATADA, dando andamento conveniente à prestação de serviços, de modo que possam ser realizadas integralmente;

5.2.5. Operar com uma organização completa, independente e sem vínculo empregatício com a CONTRATANTE, fornecendo todos os materiais, instrumentos, ferramentas e mão de obra necessária a execução dos serviços contratados; Vale ressaltar que a mesma fornecerá no mínimo dois conjuntos completos de uniforme para cada funcionário.

5.2.6. Arcar com todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal no que se relacionem com os serviços ora contratados, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes e preposto;

5.2.7. Zelar para que os seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços ora contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;



5.2.8. Responder por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados à contratante ou a terceiros, por seus empregados ou serviços, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA qualquer acidente que porventura possa ocorrer, tais como: incêndio, panes elétricas e hidráulicas e outras, devendo os serviços serem vistoriados mensalmente pelo responsável técnico da CONTRATADA;

5.2.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

5.2.10. Providenciar a limpeza de todos os materiais referidos com detergente enzimático, de acordo com as recomendações em vigor RDC 55 de 14 de novembro de 2012, que dispõe sobre os detergentes enzimáticos de uso restrito em estabelecimentos de assistência à saúde com indicação para limpeza de dispositivos médicos, inclusive para os artigos com lumes, utilizar a lavadora ultrassônica;

5.2.11. Deverão ser usadas, nos processos de esterilização, embalagens em validades para o processo de plasma de peróxido de hidrogênio a baixa temperatura ou óxido de etileno, registradas no Ministério da Saúde;

5.2.12. Acondicionar os artigos médicos hospitalares, termos sensíveis esterilizados em dupla embalagem, sendo estas embalagens resistentes a rupturas e rasgos;

5.2.13. Todas as embalagens ou pacotes de materiais esterilizados deverão conter indicadores de esterilização químicos, interna e externamente;

5.2.14. Conter em todas as embalagens o nome do produto, setor, data de esterilização, data de validade, número do lote com assinatura ou código do responsável técnico.

5.2.15. A CONTRATADA arcará com despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados durante a execução dos serviços contratados;

5.2.16. Substituir, mediante apresentação de relatório técnico emitido pela CONTRATANTE, funcionários que não atendam aos itens preconizados;

5.2.17. Dar ciência, imediata e por escrito, à gerente da Unidade de Saúde referente a qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

5.2.18. Responsabilizar-se por eventuais paralizações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços;

5.2.19. Atender a qualquer solicitação dos gestores da Unidade de Saúde, quanto a tudo que se relacione à boa execução dos serviços contratados, bem como examinar todas as reclamações formalizadas pela CONTRATANTE, tomando as providências pertinentes imediatamente ou respondendo igualmente por escrito;

5.2.20. Responsabilizar-se pela atuação de seus empregados, quando da realização dos serviços, cabendo-lhe a supervisão, fiscalização, direção técnica e administrativa dos mesmos.

5.2.21. O transporte de busca para coleta e de entrega dos materiais mencionados será realizado pela CONTRATADA.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



6.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá ao CONTRATANTE:

6.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo;

6.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à aquisição do objeto, fixando prazo para a sua correção;

6.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material (ais) entregues fora da especificação ou com problemas técnicos;

6.1.6. Receber os itens, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal e atestando seu recebimento;

6.1.7. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

6.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

6.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. Informar a CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para execução do serviço.

6.4. Identificar um profissional gestor da Unidade para fiscalizar e ponto focal junto à Equipe da CONTRATADA.

6. FISCALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A fiscalização do fornecimento do objeto será exercida por servidor nomeado pela CONTRATANTE;

7.2. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido;

7.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

7.4. A Licitante deverá apresentar os documentos abaixo, comprobatórios de sua qualificação técnica:

7.4.1. Atestado (s) de desempenho anterior de atividades pertinentes e compatíveis em natureza, quantidade, qualidade, volume e prazo com o objeto da presente licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados(s) na entidade profissional competente. Com participação no Quadro Técnico de Profissional devidamente habilitado, Engenheiro Mecânico.

7.4.2. A parcela de maior relevância técnica será de execução e quantificação de toneladas de refrigeração de "Instalação de ar-condicionado e exaustores no hospital municipal Dr. Adalberto da Graça, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

7. PAGAMENTO



8.1. A nota fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do objeto, o número da Nota de Empenho e os dados bancários da empresa;

8.1.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

8.2. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

8.3. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços realizados sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato;

8.4. A CONTRATADA fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação à realização efetiva de algum serviço, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela CONTRATADA, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à CONTRATANTE.

9.2. No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de: 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida; 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois (2) anos.

9.3. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades supramencionadas.

9. PROPOSTA E VIGÊNCIA

10.1. A proponente deverá apresentar proposta de preço que deverão conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento relativo a esta contratação;

10.2. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura e poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com o artigo 57 inciso 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 1º - "aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;"

10. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo correrão pelo Orçamento da SEMUS no exercício de 2021, e serão alocados pela Diretoria de Orçamento e Finanças do Fundo Municipal de Saúde.

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte	Código Reduzido
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.39.00.00.00.00	0136	2460
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.39.00.00.00.00	0084	2474
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.39.00.00.00.00	0266	369

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O valor final para o cumprimento do objeto do presente Termo de Referência será definido após a Cotação Prévia de Preços;

12.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já executados, por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local dos serviços e a ele destinados.

12.3. O CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da CONTRATADA.

Paracambi, 17 de março de 2022.

Elaborado por:



NATANAEL LOPES AMANCIO
Superintendente Técnico/FMS
Engenheiro Eletricista – CREA-RJ 2019100478

DAYANA FRANCO HENRIQUE
Diretora de Compras/FMS

De acordo:

GABINETE DO SECRETÁRIO, 17 DE MARÇO DE 2021.

1- CIENTE;

DIEGO XAVIER DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I

REFERENTE AO MEMORIAL DESCRITIVO

1. RETIRADA DE ENTULHOS: Será feita a limpeza de toda a obra e a retirada de entulho periodicamente, evitando-se acúmulos que dificultem o andamento da obra.

1.1. DESENTULHO: Deverá ser feito periodicamente, em áreas próximas, apropriadas ou previstas para tanto, evitando-se acúmulos que dificultem o andamento da obra.

2. DESCRIÇÃO DO SISTEMA: Trata-se de uma instalação de condicionamento de ar para verão e inverno com controle de temperatura, beneficiando O HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA conforme projeto básico. Ar-Condicionado para tanto, será adotado o sistema de expansão direta com a instalação de condicionadores de ar do tipo Split nas capacidades indicadas no Projeto. O controle das condições internas será automático, comandadas por controle remoto sem fio.

2.1. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SISTEMA - CONDICIONADORES DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM GABINETE DA EVAPORADORA: Plástico de alta resistência "VENTILADORES" Ventilador centrífugo de dupla aspiração, em chapa de aço galvanizada, com rotor de pás curvadas para frente, balanceado estática e dinamicamente e assentado sobre eixo de aço. Os rolamentos são blindados, autocompensadores, com lubrificação permanente, montados sobre mancais de borracha. Os suportes dos mancais são parafusados na carcaça, formando um conjunto rígido. O motor é montado sobre uma base de trilho, possibilitando a ajustagem da correia e troca de motor e possui 4 polos com proteção IP 54. O acionamento entre o motor e ventilador é direto dimensionadas para suportar uma vez e meia as condições normais de uso. Todo o conjunto de ventilação é flutuante em relação ao gabinete. SERPENTINA EVAPORADORA São em aletas de alumínio de 0,18mm, corrugadas e com bordas serrilhadas com 6 ou mais Row (fileiras), e estão dispostas de forma a terem 12 aletas por polegada. Os tubos de cobre têm diâmetro de 3/8" e estão dispostos alternadamente em cada Row. Eles são expandidos mecanicamente. As laterais da serpentina são de chapa de aço galvanizada e estampadas cuidadosamente com um formato do tipo colarinho. O fluxo de ar é contrário ao fluxo de refrigerante. BANDEJA DE RECOLHIMENTO DE ÁGUA Bandeja feita em chapa de aço tratado, pintada com resina sintética. CIRCUITO FRIGORÍFICO Constituído de tubo de cobre sem costura, de bitola adequada, de acordo com as normas ASHRAE. A linha de sucção é isolada com tubo de polietileno expandido. As linhas têm filtro secador, válvula de expansão termostática, com distribuidor na linha de líquido e ligações para manômetro na entrada e saída do compressor. A válvula de expansão termostática tem equalizador externo. A carga de refrigerante R410A é completa. COMPRESSOR FRIGORÍFICO VELOCIDADE VARIÁVEL O compressor é tipo SCROLL, montado sobre calços absorvedores de vibração. Proteção térmica interna para o compressor e resistência para o óleo do cárter. Pressostatos de alta e baixa, circuitos independentes para cada compressor, manômetro, válvulas, montado sobre base ante vibrações. FILTRO DE AR Do tipo permanente de alta eficiência, laváveis e mantidos em armações metálicas que permitam a fácil retirada dos filtros. QUANTIDADE E CARACTERÍSTICAS NOMINAIS POR UNIDADE ESPECIFICAÇÕES Condensação à AR Capacidade (BTU/h) Conforme projeto Compressores (QT) Vazão de Ar do Evaporador (m3/h) Vazão de Ar do Condensador (m3/h) Consumo nominal (KW) Corrente a plena carga (A) Compressores scroll Voltagem 220 V Frequência 60 Hz Refrigerantes R410A Peso Líquido Evap/Cond.(Kg) 61/107Kg VI - ESPECIFICAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE AR As unidades condensadoras de ar, serão instaladas na área especificada nos projetos As unidades evaporadoras serão instaladas no



ambiente - REDE FRIGORÍGENA - TUBULAÇÃO DE COBRE: O circuito frigorífico ou refrigerante será constituído de tubos de cobre em bitolas adequadas, de acordo com as normas da ASHRAE, e do fabricante do equipamento, de modo a garantir a aplicação das velocidades corretas em cada trecho. Deverá haver o máximo rigor na limpeza, desidratação, vácuo e testes de pressão do circuito antes da colocação do gás refrigerante. As linhas deverão ter, no mínimo, filtro secador com registros, visor com indicador de umidade e válvula de expansão com distribuidores na linha de líquido, registros e ligações para manômetros na sucção e descarga do compressor. A tubulação deverá ser isolada termicamente e livre de vibrações. Cuidados especiais devem ser tomados para evitar condensação nas partes frias do sistema de refrigeração, as quais possam afetar o funcionamento da umidade ou seus controles. A tubulação do sistema de refrigeração deve ser instalada de modo que: garanta o retorno do óleo lubrificante para o compressor na mesma proporção que sai do mesmo; evite que refrigerante na forma líquida volte ao compressor durante as paradas do sistema; garanta a menor perda de carga; a sucção, descarga e linha de líquido deverá ser projetada de maneira que sua perda de carga não cause uma mudança na temperatura de saturação do refrigerante maior que 1,1 °C em cada uma das linhas. O sistema deverá ser submetido a um teste de vazamento com uma pressão de 150% da pressão normal de trabalho. O gás utilizado nesse teste deverá ter característica antioxidante e ante hidratantes, como por exemplo: ar seco e limpo ou nitrogênio. Uma válvula deverá ser instalada já considerando a expansão e contração da tubulação. A solda utilizada na tubulação deverá ser a base de prata. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: QUADRO ELÉTRICO DOS CONDICIONADORES DE AR: PAINEL ELÉTRICO CONFORME DIAGRAMA UNIFILAR: ESPECIFICAÇÃO DOS CONTROLES Controle Remoto Sem Fio - NÍVEL DE RUÍDO Os níveis de ruído dos ambientes deverão obedecer aos limites de: INTERNO Nc 40 EXTERNO Nc 50.

2.2. AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DUTADO, PARA ÁREA DE LEITOS: As tubulações de sucção e líquido serão isoladas individualmente em toda a sua extensão com tubo de borracha Neoprene e protegidas externamente com calha metálica ou A distribuição do ar será através de rede de dutos tipo convencional, e rechapeados com dupla camada de isolante térmico encaminhados expostos a intempéries. O duplo isolamento térmico será do tipo poliestireno expandido com espessura de 25 mm ou lã de vidro aluminizada com densidade de 20 Kg/m³. Para a união dos dutos com largura superior a 1,50 metros deverá ser utilizado flange do tipo TDC. Os difusores serão do tipo insuflamento com caixa plenum isoladas termicamente, tela equalizadora e registro do tipo 4 vias. A interligação entre os dutos convencionais e difusores de insuflamento será através de colarinhos providos de registro borboleta e dutos flexíveis com isolamento termoacústico nos diâmetros indicados. A rede frigorífera será instalada com cavalete e abraçadeiras conforme especificados em projeto e, deverão ter sifão na saída do evaporador e a cada 3,0 m de linha vertical. Alumínio corrugado. Os equipamentos serão identificados com plaquetas em acrílica na cor preta e letras brancas constando nº do equipamento, modelo, nº de série e capacidade em Tr.

2.3. EXAUSTÃO:

2.3.1. EXAUSTÃO COZINHA INDUSTRIAL LAVANDERIA - Arranjo que faz parte do sistema de exaustão, linha de duto x metros com especificações de 400 mm x 400mm chapa preta de 2mm, soldada, duas unidades damper corta fogo, quatro coifas, filtros internos, quatro unidades de exaustores com 12 mil metros cúbicos, lavador de gases com 10 mil metros cúbico hora, instalação elétrica, painel pânico, forno de 8 bocas.

2.3.2. EXAUSTÃO BANHEIROS SANITÁRIOS - Consiste em um arranjo de tubulação flan geadas com dtc., x unidades de difusores para teto medida de 120x120mm com regulagem e x unidades venezianas portas, três unidades de exaustores com capacidades de 12 mil M. cub hrs. Insuflamento de ar-condicionado. Com o total de x metros de dutos 400x400mm, com isolante térmico, parafusos etc.com total de x metros e total de X difusores

3. A OBRA DEVERÁ SER ENTREGUE LIVRE DE QUALQUER ENTULHO, LIMPA E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, A SEREM ATESTADAS PELA FISCALIZAÇÃO.

ANEXO II

CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

1. PORCENTAGEM DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PESO %
01	ADMINISTRAÇÃO	13,36%
02	PROJETOS	1,85%
03	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO E DUTOS	30,74%
04	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT DUTADO	53,68%
05	TRANSPORTE	0,37%
	TOTAL (%): 100%	

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI

Planilha - Climatização Hospital

Local: Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça - Paracambi - RJ

ORÇAMENTO



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	
					UNITÁRIO	PARCIAL
1		ADMINISTRAÇÃO				62.537,40
1.1	01.050.0614-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO JUNIOR, PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	300,00	99,69	29.907,00
1.2	05.105.0025-0	MAO-DE-OBRA DE ESTAGIARIO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	1.056,00	11,05	11.668,80
1.3	05.105.0041-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ESCRITORIO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	1.056,00	19,85	20.961,60
		B. MANUTENÇÃO CORRETIVA - SERVIÇOS				
2		PROJETOS				8.653,89
2.2	01.050.0129-0	PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE AR-CONDICIONADO, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO EM AUTOCAD NOS PADROES DA CONTRATANTE, EM PREDIOS COM AREA DE 501 ATÉ 3000M2	M2	938,60	9,22	8.653,89
3		INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO E DUTOS				143.818,26
3.3	18.016.0005-0	FILTROS INERCIAIS 40X50CM DE ACO INOX 304(COIFA DE COCCAO). FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	30,00	392,65	11.779,50
3.6	18.034.0160-0	FILTRO DE CARVAO ATIVADO, PARA SISTEMA DE EXAUSTAO, NAS DIMENSOES 60X60CM, ATÉ 2000M3/H.FORNECIMENTO	UN	20,00	816,82	16.336,40
3.7	18.034.0075-0	EXAUSTORES CENTRIFUGOS, TIPO LIMIT LOAD, SIMPLES ASPIRACAO E ACIONAMENTO INDIRETO, FABRICADO EM CHAPA DE ACO CARBONO,5CV/22 0V. FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	4,00	5.550,59	22.202,36
3.8	18.025.0050-0	CAMARA FRIGORIFICA PARA CADAVERES, COM 2 LUGARES, TEMPERATURA DE PROJETO DE 0 A 3°C, UNIDADE CONDENSADORA 1 HP-220V, EVAPORA CAO TIPO AR FORCADO, ISOLAMENTO EM POLIURETANO EXPANDIDO, CONSTRUCAO INTERNA E EXTERNA EM ACO INOXIDAVEL AISI304 LIGA 18,8, TRILHO	UN	1,00	93.500,00	93.500,00
		Obs. A instalação da câmara frigorifica para cadáveres fica totalmente em cargo da empresa vencedora do certame				
4		INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT DUTADO				251.137,42
4.1	15.005.0200-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 9 000 BTU'S, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO AO CONDENSADOR/E	UN	12,00	438,45	5.261,40



4.2	15.005.0201-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 1 2000 BTU'S, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO AO CONDENSADOR/	UN	14,00	481,23	6.737,22
4.3	15.005.0202-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 1 8000 BTU'S, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO AO CONDENSADOR/	UN	12,00	914,89	10.978,68
4.4	15.005.0204-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 2 4000 BTU'S, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO AO CONDENSADOR/	UN	3,00	984,74	2.954,22
4.5	15.005.0207-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 3 6000 BTU'S, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO AO CONDENSADOR/	UN	3,00	2.073,91	6.221,73
4.6	15.005.0208-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 4 8000 BTU'S, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO AO CONDENSADOR/	UN	2,00	2.743,48	5.486,96
4.7	15.005.0209-0	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 6 0000 BTU'S, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO AO CONDENSADOR/	UN	6,00	2.834,80	17.008,80
4.8	18.030.0001-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 9000 BTU'S COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR (VIDE INSTALACAO, ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005). FORNECIMENTO	UN	12,00	1.247,45	14.969,40
4.9	18.030.0002-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 12000 BTU'S COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR (VIDE INSTALACAO, ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005). FORNECIMENTO	UN	14,00	1.440,97	20.173,58
4.10	18.030.0003-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 18000 BTU'S COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR (VIDE INSTALACAO, ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005). FORNECIMENTO	UN	12,00	1.837,40	22.048,80
4.11	18.030.0005-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 24000 BTU'S COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR (VIDE INSTALACAO, ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005). FORNECIMENTO	UN	3,00	2.625,50	7.876,50



4.12	18.030.0008-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 36000 BTU'S COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR (VIDE INSTALACAO, ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005). FORNECIMENTO	UN	3,00	5.352,91	16.058,73
4.13	18.030.0009-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 48000 BTU'S COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR (VIDE INSTALACAO, ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005). FORNECIMENTO	UN	2,00	6.283,95	12.567,90
4.14	18.030.0010-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 60000 BTU'S COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR (VIDE INSTALACAO, ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005). FORNECIMENTO	UN	6,00	6.900,00	41.400,00
4.15	18.030.0660-A	SISTEMA DE AR-CONDICIONADO CENTRAL, TIPO SPLIT "BUILT IN", COM REDE DE DUTOS DE INSUFLAMENTO E DE AR EXTERIOR PARA RENOVAC AO, PARA AREAS DE CONFORTO TERMICO, NOS TERMOS DA NBR 16401, AT E 10TR, INCLUSIVE PROJETO	TR	10,00	6.139,35	61.393,50
9		TRANSPORTE				1.726,20
9.1	05.001.0172-0	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 30,00M DE DISTÂNCIA, INCLUSIVE CARGA A PA	M3	45,00	26,66	1.199,70
9.2	04.005.0003-0	TRANSPORTE DE CARGA DE QUALQUER NATUREZA, EXCLUSIVE AS DESPES AS DE CARGA E DESCARGA, TANTO DE ESPERA DO CAMINHAO COMO DO SERVENTE OU EQUIPAMENTO AUXILIAR, A VELOCIDADE MEDIA DE 50KM/H, EM CAMINHAO DE CARROCERIA FIXA A OLEO DIESEL, COM CAPACIDADE UTIL D	T X KM	810,00	0,65	526,50
TOTAL SEM BDI						467.873,17



ANEXO 7

MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EMPREITADA PARA A INFRAESTRUTURA PARA AR CONDICIONADO HOSPITALAR. "INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS, Nº ____/____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E _____.

O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua _____ (endereço completo), inscrito no CNPJ nº _____, doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato pelo Sr. _____ (nome do agente público, cargo e matrícula), e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesta ato, por _____ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para a prestação de serviços de _____ (objeto do contrato), a partir da utilização da Ata de Registro de Preços nº ____/____, de acordo com o processo administrativo nº _____ e o Edital de Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EMPREITADA PARA A INFRAESTRUTURA PARA AR CONDICIONADO HOSPITALAR. "INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:



Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
I				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de _____ (_____), a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico, o disposto na Ata de registro de preços, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável.
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;



XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;

XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;

XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;

XIV. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

XV. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993;

XVI. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;

XVII. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção da prestação de serviços;

XVIII. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:

a) má qualidade dos serviços prestados;

b) violação do direito de propriedade industrial;

c) furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;

d) ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;

e) acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA.

Parágrafo terceiro. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: _____

PROGRAMA DE TRABALHO: _____



ELEMENTO DE DESPESA: _____

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exige de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

- I. provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o *caput* desta cláusula, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias após a comunicação escrita da **CONTRATADA**, acusando o recebimento;
- II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contado a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.



Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à prestação efetiva do serviço objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no termo de no **Projeto Básico**

Parágrafo segundo. Eventuais discrepâncias nos serviços prestados poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

Parágrafo terceiro. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quarto. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quinto. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo sexto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo oitavo. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA**, até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de _____% (_____ por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/1993, a saber:

- I. caução em dinheiro;
- II. seguro-garantia; e
- III. fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do contrato, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

Parágrafo quinto. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser CONTRATADA somente ocorrerá após o integral fornecimento.

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente aos cofres do MUNICÍPIO, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sétimo. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o MUNICÍPIO recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa CONTRATADA. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.



Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao Projeto Básico, bem como à proposta da **CONTRATADA**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 20 ____.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

1 - _____
CPF: _____

COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO N.º 005 /CPL/ SMS/2022

PROCESSO N.º 5913/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ORIGEM DOS RECURSOS: 0266, 0136, 0084

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 06 DE ABRIL 2022 ÀS 10 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 06 DE ABRIL 2022 AS 10 HORAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EMPREITADA PARA A INFRAESTRUTURA PARA AR CONDICIONADO HOSPITALAR. "INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E EXAUSTORES NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUS, conforme especificações contidas no Projeto Básico- Anexo 6, parte integrante deste Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 Centro, Paracambi-RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21 26839100, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (Doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.



O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo 1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo 2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo 3 Modelo de Declaração

Anexo 4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo 5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo 6 Projeto Básico

Anexo 7 Minuta do Contrato

Depto. de Licitações e Compras

RAZÃO SOCIAL			CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:			
E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	